

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Uma autoridade pública de determinado estado da Federação negou-se a emitir certidão com informações necessárias à defesa de direito de determinado cidadão. A informação requerida não era sigilosa e o referido cidadão havia demonstrado os fins e as razões de seu pedido.

Nessa situação hipotética, o remédio constitucional apropriado para impugnar a negativa estatal é o(a)

- A ação popular.
- B mandado de segurança.
- C *habeas data*.
- D *habeas corpus*.
- E mandado de injunção.

QUESTÃO 22

Quanto ao grau de aplicabilidade das normas constitucionais, as normas no texto constitucional classificam-se conforme seu grau de eficácia. Segundo a classificação doutrinária, a norma constitucional segundo a qual é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer é classificada como norma constitucional

- A de eficácia limitada.
- B diferida ou programática.
- C de eficácia exaurida.
- D de eficácia plena.
- E de eficácia contida.

QUESTÃO 23

A respeito das funções institucionais do Ministério Público (MP), assinale a opção correta de acordo com os dispositivos da Constituição Federal de 1988 (CF).

- A Como não está inserido na parte da CF que trata da segurança pública, o MP não pode exercer controle sobre a atividade policial.
- B Indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais, o MP pode requisitar a instauração de inquérito policial.
- C O rol de funções institucionais do MP previstos na CF é taxativo.
- D Independentemente do tipo penal, compete exclusivamente ao MP a promoção da ação penal.
- E O MP pode promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de interesse meramente individual disponível.

QUESTÃO 24

Com base no disposto na CF e na Constituição do Estado de Pernambuco acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas e da segurança pública, assinale a opção correta.

- A A remuneração de servidor policial integrante da polícia civil será fixada por vencimento, sendo permitido o acréscimo de gratificação e adicionais.
- B A Polícia Civil do Estado de Pernambuco deverá manter em seus quadros médico-legista e perito criminal com total independência técnica.
- C O estado de defesa e o estado de sítio são medidas previstas na CF para a restauração da ordem em momentos de anormalidade; embora excepcionais, essas medidas não podem restringir direitos nem garantias constitucionais.
- D Incluído na categoria dos servidores públicos, o militar tem o direito de greve assegurado.
- E A polícia civil, que é dirigida por delegados de polícia de carreira, exerce as funções de polícia judiciária e realiza a apuração de infrações penais cíveis e militares.

QUESTÃO 25

A respeito do processo legislativo, julgue os itens a seguir.

- I Dispositivo do Código Penal relativo ao inquérito policial não pode ser alterado por medida provisória.
- II O procedimento de edição de lei complementar segue o modelo padrão do processo legislativo ordinário; a única diferença é o quórum para aprovação, que, para a lei complementar, será de maioria absoluta.
- III Emenda constitucional pode alterar a CF para incluir, no ordenamento jurídico pátrio, a pena de caráter perpétuo.

Assinale a opção correta.

- A Todos os itens estão certos.
- B Apenas o item I está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e II estão certos.
- E Apenas os itens II e III estão certos.

QUESTÃO 26

Assinale a opção correta a respeito da defensoria e da advocacia públicas.

- A A independência funcional no desempenho das atribuições previstas aos membros da defensoria pública garante a vitaliciedade no cargo.
- B Os procuradores do estado representam, judicial e administrativamente, as respectivas unidades federadas, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- C O defensor público, estadual ou federal, que presta orientação jurídica a necessitados pode também exercer a advocacia fora de suas atribuições institucionais.
- D À defensoria pública, instituição permanente essencial à função jurisdicional do Estado, incumbe a orientação jurídica e a defesa dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, a necessitados, em todos os graus de jurisdição e instâncias administrativas.
- E A defensoria pública não está legitimada para propor ação civil pública: o constituinte concedeu essa atribuição apenas ao MP.

QUESTÃO 27

Acerca do Poder Judiciário e das competências de seus órgãos, assinale a opção correta.

- A** Compete aos juízes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis.
- B** A disputa sobre direitos indígenas será processada e julgada perante a justiça estadual.
- C** Os crimes contra a organização do trabalho serão processados e julgados perante a justiça do trabalho.
- D** Não é necessário que decisões administrativas dos tribunais do Poder Judiciário sejam motivadas.
- E** Compete ao Conselho Nacional de Justiça apreciar, de ofício, a legalidade dos atos administrativos praticados por servidores do Poder Judiciário.

QUESTÃO 28

No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- A** O direito fundamental ao contraditório não se aplica aos inquéritos policiais.
- B** O início de execução da pena criminal condenatória após a confirmação da sentença em segundo grau ofende o princípio constitucional de presunção da inocência.
- C** Os direitos e as garantias individuais não são assegurados às pessoas jurídicas, uma vez que elas possuem dimensão coletiva.
- D** O sigilo de correspondência e o sigilo das comunicações telefônicas são invioláveis ressalvadas as hipóteses legais, por ordem judicial ou administrativa devidamente motivada.
- E** O tribunal do júri tem competência para o julgamento dos crimes culposos e dolosos contra a vida.

QUESTÃO 29

Com relação à possibilidade de acumulação de cargos públicos, assinale a opção correta.

- A** Mesmo havendo compatibilidade de horários, o servidor público da administração direta que passar a exercer mandato de vereador ficará afastado do cargo.
- B** Não é possível a acumulação remunerada de cargos públicos, sendo a cumulação permitida apenas se o serviço for prestado ao Estado de forma gratuita.
- C** É possível a acumulação remunerada de um cargo público de professor com cargo técnico ou científico, não havendo limite remuneratório mensal, sob pena de violação do direito à irredutibilidade salarial.
- D** É possível a acumulação remunerada de dois cargos públicos de professor, independentemente de compatibilidade de horários.
- E** A proibição de acumular se estende a empregos e funções públicas e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

QUESTÃO 30

No regime presidencialista brasileiro, o presidente da República é o chefe de Estado e de governo da República Federativa do Brasil. As competências constitucionais do presidente da República incluem

- A** editar decretos autônomos, nas hipóteses previstas na CF, atribuição que pode ser delegada ao advogado-geral da União.
- B** nomear, após aprovação pelo Senado Federal, o advogado-geral da União.
- C** celebrar tratados, convenções e atos internacionais, independentemente de aprovação do Congresso Nacional.
- D** dar, de forma privativa, início ao processo legislativo de leis que disponham sobre criação de todo cargo, emprego e função dos Poderes da República.
- E** expedir decretos orçamentários que inovem a ordem jurídica.

QUESTÃO 31

Acerca de conceitos inerentes ao direito administrativo e à administração pública, assinale a opção correta.

- A** O objeto do direito administrativo são as relações de natureza eminentemente privada.
- B** A divisão de poderes no Estado, segundo a clássica teoria de Montesquieu, é adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro, com divisão absoluta de funções.
- C** Segundo o delineamento constitucional, os poderes do Estado são independentes e harmônicos entre si e suas funções são reciprocamente indelegáveis.
- D** A jurisprudência e os costumes não são fontes do direito administrativo.
- E** Pelo critério legalista, o direito administrativo compreende os direitos respectivos e as obrigações mútuas da administração e dos administrados.

QUESTÃO 32

Assinale a opção correta a respeito dos atos administrativos.

- A** A competência administrativa pode ser transferida e prorrogada pela vontade dos interessados.
- B** A alteração da finalidade expressa na norma legal ou implícita no ordenamento da administração caracteriza desvio de poder que dá causa à invalidação do ato.
- C** O princípio da presunção de legitimidade do ato administrativo impede que haja a transferência do ônus da prova de sua invalidade para quem a invoca.
- D** O ato administrativo típico é uma manifestação volitiva do administrado frente ao poder público.
- E** O motivo constitui requisito dispensável na formação do ato administrativo.

QUESTÃO 33

Ainda a respeito dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- A** A convalidação é o suprimento da invalidade de um ato com efeitos retroativos.
- B** O controle judicial dos atos administrativos é de legalidade e mérito.
- C** A revogação pressupõe um ato administrativo ilegal ou imperfeito.
- D** Os atos administrativos normativos são leis em sentido formal.
- E** O ato anulável e o ato nulo produzem efeitos, independentemente do trânsito em julgado de sentença constitutiva negativa.

QUESTÃO 34

Assinale a opção correta acerca da administração pública.

- A** O mandado de segurança não constitui meio adequado para o controle judicial de ato administrativo eivado de ilegalidade.
- B** O ato complexo é o que resulta da vontade única de um órgão, mas depende da verificação por parte de outro para se tornar exequível.
- C** A licença é exemplo de ato administrativo enunciativo.
- D** A possibilidade que tem a administração pública de, nos termos da lei, constituir terceiros em obrigações mediante atos unilaterais constitui aplicação do princípio da supremacia do interesse público.
- E** O poder discricionário é aquele que é concedido à administração, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade, conteúdo, forma e finalidade.

QUESTÃO 35

A respeito do controle dos atos e contratos administrativos, assinale a opção correta.

- A** No controle externo da administração financeira e orçamentária, os tribunais de contas devem realizar o controle prévio dos atos ou contratos da administração direta ou indireta.
- B** É vedado ao Poder Judiciário realizar o controle de mérito de atos discricionários que não contrariarem qualquer princípio administrativo.
- C** O controle de legalidade ou legitimidade do ato administrativo, no sistema brasileiro, compete privativamente ao Poder Judiciário.
- D** No controle de legalidade ou de legitimidade, o ato administrativo ilegal só pode ser revogado.
- E** No controle administrativo, a administração pode anular seus próprios atos, mas não revogá-los.

QUESTÃO 36

Assinale a opção correta a respeito dos serviços públicos.

- A** Os serviços públicos gerais (ou *uti universi*) são indivisíveis e devem ser mantidos por impostos.
- B** Os serviços públicos individuais (ou *uti singuli*) não são mensuráveis relativamente aos seus destinatários.
- C** O serviço público desconcentrado é aquele em que o poder público transfere sua titularidade, ou, simplesmente, sua execução, por outorga ou delegação.
- D** Os serviços de utilidade pública não admitem delegação.
- E** Os serviços públicos propriamente ditos admitem delegação.

QUESTÃO 37

Com referência à administração pública direta e indireta, assinale a opção correta.

- A** Os serviços sociais autônomos, por possuírem personalidade jurídica de direito público, são mantidos por dotações orçamentárias ou por contribuições parafiscais.
- B** A fundação pública não tem capacidade de autoadministração.
- C** Como pessoa jurídica de direito público, a autarquia realiza atividades típicas da administração pública.
- D** A sociedade de economia mista tem personalidade jurídica de direito público e destina-se à exploração de atividade econômica.
- E** A empresa pública tem personalidade jurídica de direito privado e controle acionário majoritário da União ou outra entidade da administração indireta.

QUESTÃO 38

Assinale a opção correta relativamente a licitação e contratos públicos.

- A** Constitui atentado ao princípio da igualdade entre os licitantes o estabelecimento de requisitos mínimos de participação no edital da licitação.
- B** O contrato administrativo é sempre consensual e, em regra, formal, oneroso, comutativo e realizado *intuitu personae*.
- C** A exceção de contrato não cumprido se aplica aos contratos administrativos, quando a falta é da administração.
- D** O controle do contrato administrativo por parte da administração exige cláusula expressa.
- E** As empresas estatais exploradoras de atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços estão dispensadas de observar os princípios da licitação.

QUESTÃO 39

Assinale a opção correta com referência a improbidade administrativa e à Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992).

- A** A aplicação administrativa da pena de demissão prevista em lei reguladora de carreira pública exige que se aguarde o trânsito em julgado da ação de improbidade administrativa.
- B** Os atos de improbidade descritos no art. 11 da Lei n.º 8.429/1992 não exigem a presença do dolo para sua configuração.
- C** Os atos de improbidade descritos no art. 11 da Lei n.º 8.429/1992, para sua configuração, exigem a demonstração da ocorrência de dano para a administração pública ou enriquecimento ilícito do agente.
- D** A punição administrativa do servidor faltoso impede a aplicação das penas previstas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992).
- E** O atentado à vida e à liberdade individual de particulares, se praticado por agentes públicos armados, pode configurar improbidade administrativa.

QUESTÃO 40

Assinale a opção correta a respeito de direito administrativo.

- A** A administração exerce atividade política e discricionária.
- B** A administração pública é o objeto precípua do direito administrativo.
- C** O âmbito espacial de validade da lei administrativa não está submetido ao princípio da territorialidade.
- D** As instruções normativas podem ser expedidas apenas por ministros de Estado para a execução de leis, decretos e regulamentos.
- E** O regimento administrativo obriga os particulares em geral.

QUESTÃO 41

Um crime de extorsão mediante sequestro perdura há meses e, nesse período, nova lei penal entrou em vigor, prevendo causa de aumento de pena que se enquadra perfeitamente no caso em apreço.

Nessa situação hipotética,

- Ⓐ a lei penal mais grave não poderá ser aplicada: o ordenamento jurídico não admite a *novatio legis in pejus*.
- Ⓑ a lei penal menos grave deverá ser aplicada, já que o crime teve início durante a sua vigência e a legislação, em relação ao tempo do crime, aplica a teoria da atividade.
- Ⓒ a lei penal mais grave deverá ser aplicada, pois a atividade delitativa prolongou-se até a entrada em vigor da nova legislação, antes da cessação da permanência do crime.
- Ⓓ a aplicação da pena deverá ocorrer na forma prevista pela nova lei, dada a incidência do princípio da ultratividade da lei penal.
- Ⓔ a aplicação da pena ocorrerá na forma prevista pela lei anterior, mais branda, em virtude da incidência do princípio da irretroatividade da lei penal.

QUESTÃO 42

No que se refere a crime consumado e a crime tentado, assinale a opção correta.

- Ⓐ No *iter criminis*, a aquisição de uma corda a ser utilizada para amarrar a vítima que se pretende sequestrar é ato executório do crime de sequestro.
- Ⓑ Os atos preparatórios de um crime de homicídio, a ser executado com o emprego de arma de fogo que possui a numeração raspada, não caracterizam a tentativa e não podem constituir crime autônomo.
- Ⓒ **Situação hipotética:** Policiais surpreenderam João portando uma chave-mestra enquanto circulava próximo a uma loja no interior de um *shopping center* em atitude suspeita. **Assertiva:** Nesse caso, João responderá por tentativa de furto, pois, devido ao porte da chave-mestra, os policiais puderam inferir que ele pretendia furtar um veículo no estacionamento.
- Ⓓ **Situação hipotética:** José deu seis tiros em seu desafeto, que foi socorrido e sobreviveu, por circunstâncias alheias à vontade de José. **Assertiva:** Nesse caso, está configurada a tentativa imperfeita.
- Ⓔ **Situação hipotética:** Maria entrou em uma loja de cosméticos e furtou um frasco de creme hidratante, em um momento de descuido da vendedora. **Assertiva:** Nesse caso, a consumação do crime ocorreu com a mera detenção do bem subtraído.

QUESTÃO 43

Em relação à imputabilidade penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ **Situação hipotética:** João, namorado de Maria e por ela apaixonado, não aceitou a proposta dela de romper o compromisso afetivo porque ela iria estudar fora do país, e resolveu mantê-la em cárcere privado. **Assertiva:** Nessa situação, a atitude de João enseja o reconhecimento da imputabilidade, já que o seu estado psíquico foi abalado pela paixão.
- Ⓑ Na situação em que o agente, com o fim precípua de cometer um roubo, embriaga-se para ter coragem suficiente para a execução do ato, não se aplica a teoria da *actio libera in causa* ou da ação livre na causa.
- Ⓒ **Situação hipotética:** Elizeu ingeriu, sem saber, bebida alcoólica, pensando tratar-se de medicamento que costumava guardar em uma garrafa, e perdeu totalmente sua capacidade de entendimento e de autodeterminação. Em seguida, entrou em uma farmácia e praticou um furto. **Assertiva:** Nesse caso, Elizeu será isento de pena, por estar configurada a sua imputabilidade.
- Ⓓ **Situação hipotética:** Paulo foi obrigado a ingerir álcool por coação física e moral irresistível, o que afetou parcialmente o controle sobre suas ações e o levou a esfaquear um antigo desafeto. **Assertiva:** Nesse caso, a retirada parcial da capacidade de entendimento e de autodeterminação de Paulo não enseja a redução da sua pena no caso de eventual condenação.
- Ⓔ **Situação hipotética:** Em uma festa de aniversário, Elias, no intuito de perder a inibição e conquistar Maria, se embriagou e, devido ao seu estado, provocado pela imprudência na ingestão da bebida, agrediu fisicamente o aniversariante. **Assertiva:** Nessa situação, Elias não será punido pelo crime de lesões corporais por ausência total de sua capacidade de entendimento e de autodeterminação.

QUESTÃO 44

A respeito do concurso de pessoas, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em relação à participação no concurso de pessoas, a legislação penal brasileira adota a teoria da acessoriedade mínima.
- Ⓑ **Situação hipotética:** José, gerente de loja, mesmo ciente de que um dos vendedores subtraía dinheiro do caixa, nada fez para impedir o crime, agindo sem liame subjetivo e intenção de obter vantagem econômica. **Assertiva:** Nessa situação, o gerente responderá em coautoria pelo crime de furto, com ação omissiva.
- Ⓒ Em se tratando de crimes plurissubjetivos, como, por exemplo, o crime de rixa, não há que se falar em participação, já que a pluralidade de agentes integra o tipo penal: todos são autores.
- Ⓓ **Situação hipotética:** O motorista João e sua mulher, Maria, trafegavam por uma rodovia, quando ambos, deliberadamente, deixaram de prestar socorro a uma pessoa gravemente ferida, sem que houvesse risco pessoal para qualquer um deles. João foi instigado por Maria, que estava no banco do carona, a não parar o veículo, e, por fim, em acordo de vontades com Maria, assim efetivamente procedeu. **Assertiva:** Nessa situação, João responderá como autor pelo crime de omissão de socorro e Maria será tida como inimputável.
- Ⓔ Haverá participação culposa em crime doloso na situação em que um médico, agindo com negligência, fornece ao enfermeiro substância letal para ser ministrada a um paciente, e o enfermeiro, embora percebendo o equívoco, decide ministrá-la com a intenção de matar o paciente.

QUESTÃO 45

Em relação aos crimes contra a pessoa e à imputabilidade penal, assinale a opção correta.

- A Situação hipotética:** João, em estado de embriaguez voluntária, motivado por ciúme de sua ex-mulher, matou Paulo. **Assertiva:** Nessa situação, o fato de João estar embriagado afasta o reconhecimento da motivação fútil, haja vista que a embriaguez reduziu a capacidade de entender o caráter ilícito de sua conduta.
- B** Comete o crime de infanticídio a gestante que, não estando sob influência do estado puerperal, mata o nascituro.
- C** O perdão judicial será concedido ao autor que tenha cometido crime de homicídio doloso se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.
- D** De acordo com o Código Penal, no crime de homicídio qualificado pelo feminicídio, a pena é aumentada de um terço até a metade se o crime for praticado na presença de descendente ou de ascendente da vítima.
- E** A qualificadora de feminicídio no crime de homicídio fica caracterizada se o delito for praticado contra a mulher por razões de sua convicção religiosa.

QUESTÃO 46

Acerca de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio, assinale a opção correta.

- A** O juiz poderá deixar de aplicar a pena ao autor que tenha cometido crime de roubo contra ascendente por razões de política criminal, concedendo-lhe o perdão judicial.
- B Situação hipotética:** João sequestrou Sandra e exigiu de sua família o pagamento do resgate. Após manter a vítima em cárcere privado por uma semana, João a libertou, embora não tenha recebido a quantia exigida como pagamento. **Assertiva:** Nessa situação, está configurado o crime de extorsão mediante sequestro qualificado.
- C Situação hipotética:** Maria, Lúcia e Paula furtaram medicamentos em uma farmácia, sem que o vendedor percebesse, tendo sido, contudo, flagradas pelas câmeras de segurança. **Assertiva:** Nessa situação, Maria, Lúcia e Paula responderão pelo crime de furto simples.
- D Situação hipotética:** Alexandre adquiriu mercadorias em um supermercado e pagou as compras com um cheque subtraído de terceiro. No caixa, Alexandre apresentou-se como titular da conta corrente, preencheu e falsificou a assinatura na cártula. **Assertiva:** Nessa situação, Alexandre responderá pelo crime de furto mediante fraude.
- E Situação hipotética:** Na tentativa de subtrair o veículo de Paulo, José desferiu uma facada em Paulo e saiu correndo do local, sem levar o veículo, após gritos de socorro da vítima e da recusa desta em entregar-lhe as chaves do carro. Paulo faleceu em decorrência do ferimento. **Assertiva:** Nessa situação, José responderá pelo crime de homicídio doloso qualificado pelo motivo fútil.

QUESTÃO 47

Em relação aos crimes contra a dignidade sexual e contra a família, assinale a opção correta.

- A Situação hipotética:** Mário, aliciador de garotas de programa, induziu Bruna, de quinze anos de idade, a manter relações sexuais com várias pessoas, com a promessa de uma vida luxuosa. Bruna decidiu não se prostituir e voltou a estudar. **Assertiva:** Nessa situação, é atípica a conduta de Mário.
- B** Considere que em uma casa de prostituição, uma garota de dezessete anos de idade tenha sido explorada sexualmente. Nesse caso, o cliente que praticar conjunção carnal com essa garota responderá pelo crime de favorecimento à prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável.
- C Situação hipotética:** Em uma boate, João, segurança do local, sorrateiramente colocou entorpecente na bebida de Maria, o que a levou a perder os sentidos. Aproveitando-se da situação, João levou Maria até seu veículo, onde praticou sexo com ela, sem qualquer resistência, dada a condição da vítima. **Assertiva:** Nessa situação, João responderá pelo crime de violação sexual mediante fraude.
- D** Indivíduo que mantiver conjunção carnal com menor de quinze anos de idade responderá pelo crime de estupro de vulnerável, ainda que tenha cometido o ato sem o emprego de violência e com o consentimento da menor.
- E** No caso de crime de violação sexual mediante fraude, o fato de o ofensor ser o filho mais velho do tio da vítima fará incidir a causa especial de aumento de pena por exercer relação de autoridade sobre a vítima, de acordo com o Código Penal.

QUESTÃO 48

Em relação aos crimes contra a administração pública, assinale a opção correta.

- A** Embora o crime de peculato admita a forma dolosa, ele não pune a conduta culposa, que consiste na ação do agente público em concorrer, por imperícia, imprudência ou negligência, para que outrem se aproprie, desvie ou subtraia dinheiro, bem ou valores pertencentes à administração pública.
- B** A inserção, alteração ou exclusão de dados nos sistemas informatizados ou nos bancos de dados da administração pública é crime material, de modo que a consumação só ocorre quando há prejuízo para a administração pública e(ou) ao administrado, em benefício próprio ou de outrem.
- C** É material o crime de peculato-desvio, uma vez que se consuma no exato momento do efetivo desvio do bem que o agente público detém ou possui em razão de seu cargo, com a necessidade da ocorrência de dano para a administração pública.
- D** O crime de peculato-furto ocorre quando o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, do valor ou do bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se da facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.
- E** O crime de denúncia caluniosa consiste em dar causa à instauração de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-se a esse alguém infração administrativa de que o sabe inocente.

QUESTÃO 49

A respeito das penas restritivas de direito especificamente aplicáveis aos crimes ambientais, assinale a opção correta.

- A** Na prestação pecuniária, que consiste no pagamento em dinheiro a vítima ou a entidade pública ou privada com fim social por crime ambiental, o valor pago não será deduzido do montante de eventual reparação civil a que for condenado o infrator.
- B** A prestação de serviços à comunidade consiste na atribuição ao condenado de tarefas gratuitas junto a hospitais públicos e dependências asilares de atendimento a idosos.
- C** A suspensão parcial ou total de atividade, exclusivamente para pessoas jurídicas, será aplicada quando a empresa não estiver cumprindo as normas ambientais.
- D** As penas de interdição temporária de direito incluem a proibição de o condenado participar de licitações, pelo prazo de cinco anos, no caso de crimes dolosos, e de três anos, no de crimes culposos.
- E** O recolhimento domiciliar inclui a obrigação de o condenado trabalhar sob rígida vigilância, e de permanecer recolhido todos os dias em local diferente de sua moradia habitual.

QUESTÃO 50

Em relação à Lei de Abuso de Autoridade — Lei n.º 4.898/1965 —, assinale a opção correta.

- A** Para os efeitos da referida lei, são considerados autoridade aqueles que exercem um *munus* público, como, por exemplo, tutores e curadores dativos, inventariantes, síndicos e depositários judiciais.
- B** Nessa lei, há condutas tipificadas que caracterizam crimes próprios e crimes impróprios, admitindo-se as modalidades dolosa e culposa.
- C** O particular coautor ou partícipe, juntamente com o agente público, em concurso de pessoas, responderá por outro crime, uma vez que a qualidade de autoridade é elementar do tipo.
- D** Se uma autoridade policial determinar a seu subordinado que submeta pessoa presa a constrangimento não autorizado por lei, e se esse subordinado cumprir a ordem manifestamente ilegal, ambos responderão pelo crime de abuso de autoridade.
- E** Não há crime de abuso de autoridade por conduta omissiva, já que, para tanto, deve ocorrer a prática de ação abusiva pelo agente público.

QUESTÃO 51

O inquérito policial

- A** não pode ser iniciado se a representação não tiver sido oferecida e a ação penal dela depender.
- B** é válido somente se, em seu curso, tiver sido assegurado o contraditório ao indiciado.
- C** será instaurado de ofício pelo juiz se tratar-se de crime de ação penal pública incondicionada.
- D** será requisitado pelo ofendido ou pelo Ministério Público se tratar-se de crime de ação penal privada.
- E** é peça prévia e indispensável para a instauração de ação penal pública incondicionada.

QUESTÃO 52

No que se refere ao arquivamento do inquérito policial, assinale a opção correta.

- A** Membro do Ministério Público ordenará o arquivamento do inquérito policial se verificar que o fato investigado é atípico.
- B** Cabe à autoridade policial ordenar o arquivamento quando a requisição de instauração recebida não fornecer o mínimo indispensável para se proceder à investigação.
- C** Sendo o crime de ação penal privada, o arquivamento do inquérito policial depende de decisão do juiz, após pedido do Ministério Público.
- D** O inquérito pode ser arquivado pela autoridade policial se ela verificar ter havido a extinção da punibilidade do indiciado.
- E** Sendo o arquivamento ordenado em razão da ausência de elementos para basear a denúncia, a autoridade policial poderá empreender novas investigações se receber notícia de novas provas.

QUESTÃO 53

A ação penal pública incondicionada é regida pelos princípios da

- A** disponibilidade e da indivisibilidade.
- B** indisponibilidade e da oportunidade.
- C** divisibilidade e da obrigatoriedade.
- D** indivisibilidade e da transcendência.
- E** oficialidade e da intranscendência.

QUESTÃO 54

No que se refere ao lugar da infração, a competência será determinada

- A** pelo domicílio do réu, no caso de infração permanente praticada no território de duas ou mais jurisdições conhecidas.
- B** pela prevenção, no caso de infração continuada praticada em território de duas ou mais jurisdições conhecidas.
- C** de regra, pelo local onde tiver sido iniciada a execução da infração, ainda que a consumação tenha ocorrido em outro local.
- D** pelo local onde tiver começado o *iter criminis*, no caso de tentativa.
- E** pelo lugar em que tiver sido iniciada a execução no Brasil, se a infração se consumir fora do território nacional.

QUESTÃO 55

Com relação ao exame de corpo de delito, assinale a opção correta.

- A** O exame de corpo de delito poderá ser suprido indiretamente pela confissão do acusado se os vestígios já tiverem desaparecido.
- B** Não tendo a infração deixado vestígios, será realizado o exame de corpo de delito de modo indireto.
- C** Tratando-se de lesões corporais, a falta de exame complementar poderá ser suprida pela prova testemunhal.
- D** Depende de mandado judicial a realização de exame de corpo de delito durante o período noturno.
- E** Requerido, pelas partes, o exame de corpo de delito, o juiz poderá negar a sua realização, se entender que é desnecessário ao esclarecimento da verdade.

QUESTÃO 56

A respeito da confissão, assinale a opção correta.

- A** Será divisível e o juiz poderá considerar apenas certas partes do que foi confessado.
- B** Será qualificada quando o réu admitir a prática do crime e delatar um outro comparsa.
- C** Tem valor absoluto e se sobrepõe aos demais elementos de prova existentes nos autos.
- D** Ficará caracterizada diante do silêncio do réu durante o seu interrogatório judicial.
- E** Será irretratável após realizada pelo réu durante o interrogatório judicial e na presença do seu defensor.

QUESTÃO 57

Cabe prisão temporária de acusado pela prática de crimes de

- A** resistência e cárcere privado.
- B** tráfico internacional de pessoa para fins de exploração sexual e homicídio qualificado.
- C** quadrilha ou bando e contra o sistema financeiro.
- D** roubo e concussão.
- E** extorsão e corrupção passiva.

QUESTÃO 58

A prisão preventiva pode ser decretada se houver indícios suficientes da autoria e prova da existência do crime e se for necessária, por exemplo, para assegurar a aplicação da lei penal. Presentes esses requisitos, a prisão preventiva será admitida

- A** ainda que configurada alguma excludente de ilicitude.
- B** de ofício, pelo juiz, durante a fase de investigação policial.
- C** se o agente for acusado da prática de crime doloso e tiver sido condenado pela prática de outro crime doloso em sentença transitada em julgado menos de cinco anos antes.
- D** em caso de acusação pela prática de crimes culposos e preterdolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos.
- E** em qualquer circunstância se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher.

QUESTÃO 59

Com base no disposto na Lei de Investigação Criminal (Lei n.º 12.830/2013), assinale a opção correta.

- A** Exigido o indiciamento por meio de requisição do Ministério Público, o delegado de polícia ficará dispensado de fundamentá-lo.
- B** O indiciamento realiza-se mediante análise técnico-jurídica do fato, devendo indicar pelo menos a materialidade do crime se a autoria permanecer incerta.
- C** O indiciamento é ato obrigatório para a conclusão do inquérito policial e necessário para o oferecimento da denúncia.
- D** A apuração de infrações penais realizada por delegado de polícia por meio de inquérito policial é de natureza administrativa, dada a ausência de contraditório.
- E** Cabe ao delegado de polícia, durante a investigação criminal, a requisição de perícias e informações que interessem à apuração do fato.

QUESTÃO 60

Com relação ao interrogatório do acusado, assinale a opção correta.

- A** O acusado poderá ser interrogado sem a presença de seu defensor se assim desejar e deixar consignado no termo.
- B** Não sendo possível a presença em juízo do acusado preso por falta de escolta para conduzi-lo, poderá o interrogatório ser realizado por sistema de videoconferência.
- C** Mesmo após o encerramento da instrução criminal, a defesa poderá requerer ao juiz novo interrogatório do acusado, devendo indicar as razões que o justifiquem.
- D** Havendo mais de um acusado, eles serão interrogados conjuntamente, exceto se manifestarem acusações recíprocas.
- E** O interrogatório deve ser realizado no início da instrução criminal, antes da oitiva de testemunhas de acusação e de defesa.

Espaço livre